



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 503, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**(Projeto de Lei Complementar nº 397/09, do Prefeito Municipal SILVIO FÉLIX DA SILVA)**

**Dispõe sobre a instalação, reforma, adequação e adaptação de instituições de educação infantil já existentes no Município de Limeira, consoante a Portaria no Ministério da Saúde nº1.347, de 08 de novembro de 1990, e dá outras providências.**

**Fl. 1**

**SILVIO FÉLIX DA SILVA**, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

**USANDO** das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ** saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam as instituições de educação infantil já existentes no Município de Limeira, ou aquelas cujos projetos de aprovação estejam em curso perante a Administração Municipal, obrigadas a atenderem o zoneamento e demais especificações do Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município, ressalvadas as medidas mitigadoras 5, 17 e Anexo 21, na análise de seus projetos arquitetônicos e processos de autorização ou licença de funcionamento pelos órgãos competentes.

**Art. 2º** - As instituições de educação infantil de que trata o artigo anterior, ou que vierem a pleitear autorização de funcionamento no Município, deverão, num prazo de 60 dias da data de entrada em vigor desta Lei Complementar, protocolizar requerimento atestando que atendem parcialmente a legislação sanitária vigente para o desenvolvimento das atividades educacionais.

**§ 1º** - O requerimento, acompanhado da declaração aludida no *caput* deste artigo, a critério da autoridade sanitária municipal competente, nos casos de reforma, adequação e adaptação de imóvel, quando esgotadas as possibilidades de atenderem integralmente a legislação sanitária vigente, privilegiados os fluxos de trabalho, material e usuários, bem como os critérios de controle sanitário do local, relacionadas as ressalvas que não serão atendidas, demonstrando o modo de como serão supridas, poderá ser aceito como justificativa para deferimento do projeto arquitetônico e processo de autorização ou licença sanitária de funcionamento.

**§ 2º** - Para avaliação dos motivos da declaração de que trata o parágrafo anterior deverá ser previamente analisado o projeto arquitetônico que deverá ser elaborado de acordo com os critérios do Decreto Estadual nº12.342 de 27 de setembro de 1978.

**§ 3º** - A declaração de que trata o parágrafo anterior deverá se assinada pelos responsáveis técnico e legal da instituição de ensino e o projeto arquitetônico assinado por profissional competente.



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 503, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**(Projeto de Lei Complementar nº 397/09, do Prefeito Municipal SILVIO FÉLIX DA SILVA)**

**Dispõe sobre a instalação, reforma, adequação e adaptação de instituições de educação infantil já existentes no Município de Limeira, consoante a Portaria no Ministério da Saúde nº 1.347, de 08 de novembro de 1990, e dá outras providências.**

**Fl. 2**

§ 4º - O prazo máximo para o cumprimento do disposto na declaração e projeto arquitetônico deferidos pela autoridade sanitária, conforme §1º, será de 120 dias contados da data do deferimento destes.

§ 5º - Havendo caso fortuito ou força maior, o prazo estipulado no artigo anterior poderá ser dilatado por prazo não superior a 120 dias.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da verba própria consignada no orçamento vigente, suplementada, se necessário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA**, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove.

  
**SILVIO FÉLIX DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**PUBLICADA** no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove.

  
**VILMA DANIELA LOPES**  
Secretária Executiva do Prefeito